

# PF confirma assinatura falsa na emenda de Manoel Moreira

DENISE ROTHENBURG



BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento recebeu ontem laudo da Polícia Federal que confirma a falsificação de duas emendas do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) apresentadas ao Orçamento de 1992. As emendas fazem parte da lista de obras que a construtora Servaz tentou incluir no orçamento daquele ano, segundo disse o próprio diretor da empresa, Onofre Vaz, ao depor na CPI.

— Teremos que fazer uma devassa em todas as emendas aprovadas para ver se há casos de falsificação entre as propostas que acabaram incluídas no orçamento — afirmou o coordenador da subcomissão de emendas da CPI, deputado Sigmarin ga Seixas (PSDB-DF).

As emendas analisadas pelos peritos da PF se referem a obras de ampliação do abastecimento de água e melhorias no sistema de coleta e tratamento de esgoto do município de Serra Negra (SP). Eram no valor total de Cr\$ 3 bilhões, equivalentes a US\$ 11,8 milhões em abril de 1991.

— Não foram aprovadas, mas isso não tem importância. O que interessa é que houve falsificação de documento público. Está claro que pode ter havido alguma emenda falsa que tenha sido aprovada — afirmou Sigmarin ga.

O laudo técnico diz que as assinaturas são “inautênticas, possivelmente foram produzidas por modelo a vista e apresentam escrita lenta”. Os técnicos justificam a lentidão do falsificador:

“Apresenta escrita lenta, na qual a atenção do falsificador falta-se, com freqüência, para o modelo. Daí, surgirem anormali-

A assinatura falsa, em uma emenda do deputado Manoel Moreira, pedindo verbas para obras em Serra Negra

dades significativas de ordem morfológicas e idiográficas” — diz o laudo.

A suspeita de falsificação de emendas orçamentárias foi levantada pelo GLOBO em setembro deste ano. Havia lobistas de empreiteiras circulando livremente na sala de entrega de emendas e qualquer pessoa podia apresentar emendas ao orçamento de 1994. O repórter do GLOBO obteve, inclusive, uma senha para a entrega de propostas, sem que os funcionários da Comissão Mista de Orçamento solicitassesem qualquer documento de identificação.